

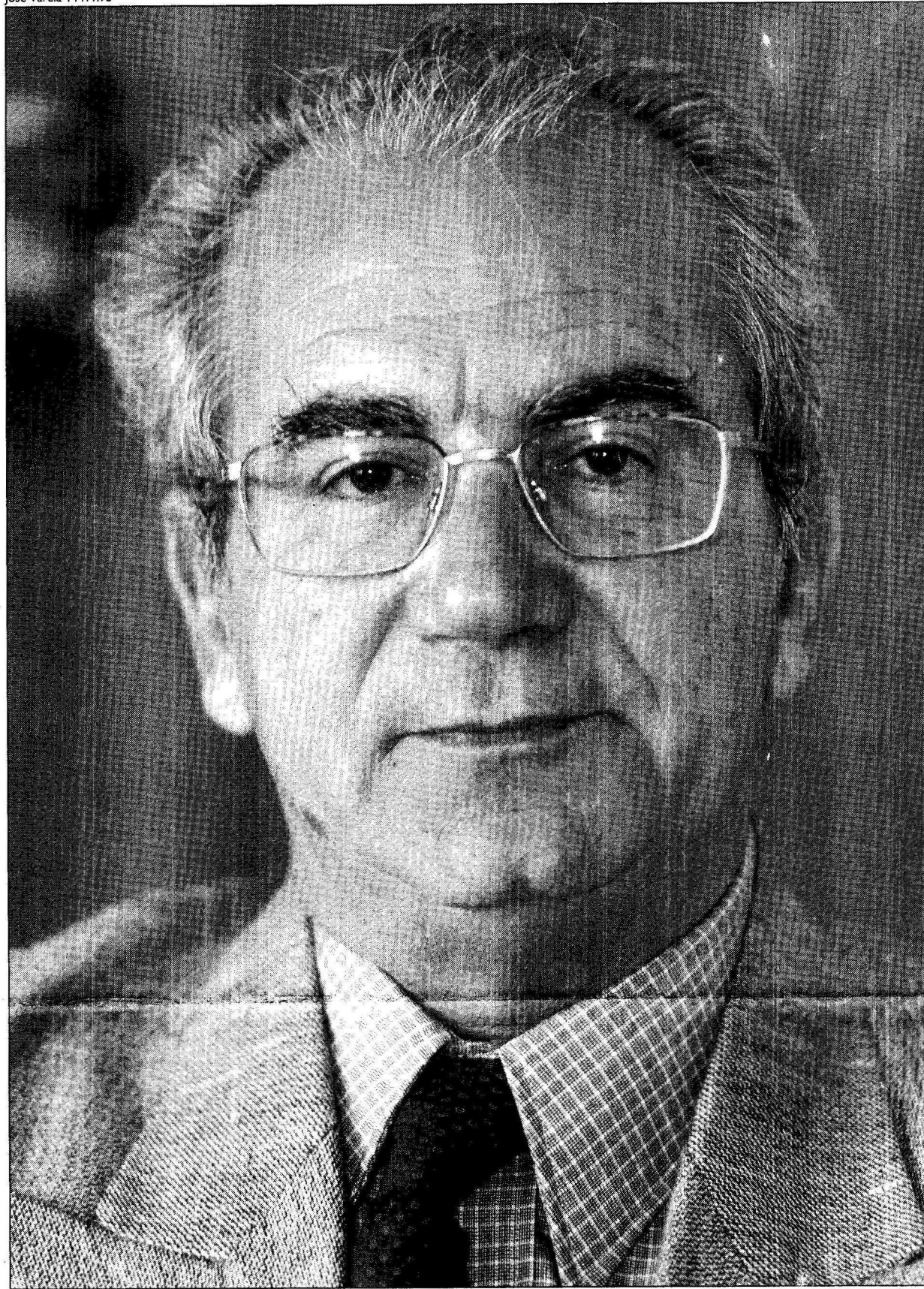
ENTREVISTA

a Lauro Rutkowski
Da equipe do Correio

Jofran Frejat

"Não vou assumir para ser verdugo do PT. Quem pensa assim está enganado. Acho que toda pessoa que tem competência deve permanecer. Fui claro na conversa com o governador"

José Varela 14.11.98



Frejat ainda não sabe se será secretário ou se continuará deputado: "Estou entre a cruz e a caldeirinha"

O deputado Jofran Frejat (PPB), de 61 anos, é o secretário de Saúde que o governador eleito Joaquim Roriz quer anunciar no dia 1º de janeiro. Mas, ao mesmo tempo, é o parlamentar que mais pode ajudar Roriz a conseguir um orçamento mais gordo em 1999, participando da convocação extraordinária, também marcada para janeiro. Reeito com 80.389 votos para seu quarto mandato, Frejat está dividido. Integrante da Comissão Mista de Orçamento, Frejat perde essa vaga se vier a se licenciar — ainda que temporariamente — para assumir a secretaria em janeiro. E é nesta comissão que as verbas do DF serão definidas. "Estou entre a cruz e a caldeirinha", diz ele, que já foi três vezes secretário de Saúde do DF. Se realmente virar secretário, não pretende acabar com o programa Saúde em Casa. "Se fizerem um teste DNA no programa, vão descobrir que o pai sou eu", afirma. Ele também é contra perseguições políticas. "Não vou assumir para ser verdugo do PT. Quem pensa assim está enganado."

Correio Braziliense — Uma pergunta direta: o senhor será ou não o próximo secretário de Saúde do Distrito Federal?

Jofran Frejat — Estou entre a cruz e a caldeirinha, como se diz. Pelo governador, isso já estaria definido: seria. Já fui secretário de Saúde três vezes. Em todas as três tive êxito. Ser secretário de Saúde mais uma vez, porém, não me acrescenta nada pessoalmente. Se eu puder fazer alguma coisa pela população e pelos servidores, tudo bem. Agora, se eu não puder fazer nada por esse pessoal, não me interessa ser. Outra questão importante é o Orçamento da União, que será definido agora em janeiro. Eu sou um dos dois representantes do Distrito Federal na Comissão Mista de Orçamento (o outro é o petista Chico Vigilante), além de ser coordenador da bancada do DF, e janeiro será um mês importante para definir as verbas que receberemos em 1999.

Correio — A situação é complicada, então. Se o senhor assumir definitivamente a secretaria em janeiro, como parece querer o governador eleito, perderá a oportunidade de influir nas verbas do GDF na Câmara. Se permanecer na Câmara, o governador terá que indicar um secretário interino ou nomear e exonerar o senhor em janeiro, nomeando-o em definitivo depois de 4 de fevereiro, depois de sua posse na Câmara...

Frejat — Pois é. Eu teria que pedir licença à Câmara nos primeiros dias de janeiro para ser nomeado secretário. Até o dia 4 (de janeiro), teria que ser demitido da secretaria pelo governador para trabalhar como deputado na convocação extraordinária. Aí teria que ficar até o dia 28 (de janeiro) na Câmara, voltar para a secretaria e sair de novo para tomar

posse na Câmara no dia 1º de fevereiro, senão perco o mandato. Aí, no dia 2 ou 3 de fevereiro, pediria licença novamente e novamente seria nomeado secretário. É o tipo da coisa que considero pouco razoável. Se não tivesse havido a convocação extraordinária e se não houvesse essa questão do orçamento, tudo bem. Só que se eu peço licença da Câmara neste período de votação de janeiro, eu saio da coordenação da bancada do DF e até da comissão. E se eu saio da coordenação da bancada e da comissão, que força eu tenho para negociar emendas do DF com as bancadas de outros estados?

Correio — Então não tem saída?

Frejat — Pode ter, e estou esperando o governador para conversar sobre isso. Só não tem solução para a morte. Quero, em primeiro lugar, conhecer a situação da secretaria. Não vou assumir para ser verdugo

do PT. Quem pensa assim está enganado. Eu não trabalho nesta situação. Acho que toda pessoa que tem competência deve permanecer. Fui claro na conversa com o governador. E ele não criou nenhuma dificuldade.

Correio — Qual a verba prevista no Orçamento de 1999 para o GDF destinada a investimento em saúde?

Frejat — Aproximadamente R\$ 20 milhões, mas isso não quer dizer que teremos todo este dinheiro. Você tem que negociar muito com os subrelatores e com as bancadas de outros estados, que, naturalmente, querem a aprovação de suas emendas. A gente cede para cá, eles cedem para lá. É assim que funciona. No orçamento passado, conseguimos R\$ 10,5 milhões em investimentos na saúde. Desta vez colocamos recursos para terminar a construção do hospital do Paranoá — para aten-

der não só o Paranoá, mas parte do Lago Sul, parte do Lago Norte e toda área rural de Planaltina — e hospital de Samambaia — que eu considero essencial, pois não conheço nenhuma cidade brasileira com 300 mil habitantes que não disponha de um único leito hospitalar público. O governador (Cristovam Buarque) nos propôs a idéia de fazer o de Santa Maria, que me parece muito importante, porque o Gama não aguenta mais o Entorno — Valparaíso, Cidade Ocidental e Novo Gama. Há dinheiro também para o reaparelhamento da rede hospitalar.

Correio — O senhor deve ter visto que vários automóveis trazem adesivos — boa parte contra Roriz —, como se a eleição não tivesse acabado. Como o senhor analisa este fenômeno?

Frejat — Isso é muito mais uma posição elitista daqueles que não acreditavam que Cristovam pudesse perder e que Roriz pudesse ganhar. É uma posição elitista daqueles que se consideram donos da verdade. Isso é muito comum entre intelectuais, que sempre acham que são donos da verdade. Intelectuais, quando chegam ao poder, são um problema, porque não ouvem muito. Eles fingem que ouvem, mas na verdade já têm idéias preconcebidas. Isso é muito comum entre os intelectuais. O Cristovam teve mais voto na classe média para cima — e essas pessoas nunca se conformam que o povo possa falar mais alto do que elas. O povo para eles é bom para servir de massa de manobra, mas não para decidir.

Correio — Como o senhor avalia o programa Saúde em Casa, que chegou a ser ameaçado de extinção por Joaquim Roriz durante a campanha eleitoral?

Frejat — Quando ele deu aquelas declarações de que ia acabar com o Saúde em Casa, eu disse: "Governador, o pai do programa sou eu. Se eu fui o pai quando o programa era criança, como é que eu posso ser contra agora, que meu filho cresceu?". Se fizerem um teste DNA no Saúde em Casa, vão descobrir que o pai sou eu. Comecei o programa em 1980, com os agentes comunitários. Cada centro de saúde tinha dez pessoas da comunidade, que haviam passado por um treinamento de seis a nove meses em um hospital e depois colocadas na área em que tinham influência. Teve um resultado muito eficiente na queda da mortalidade infantil, no aumento da vacinação. Esse programa — o Saúde em Casa — é uma ampliação.

Correio — Na sua avaliação, existem, de fato, problemas neste programa?

Frejat — Veja bem. Essas pessoas do programa são pessoas que não pertencem à rede. Foram contratadas por meio do Instituto Candango de Solidariedade. Não sendo da rede, não conhecendo a rede, eles têm algumas dificuldades para encaminhar os pacientes dentro da rede hospitalar, porque não a conhecem. Eles recebem um salário diferenciado, bem maior. Isso, naturalmente, criou uma animosidade. O que pas-

sou pela minha cabeça? A primeira medida seria resolver a questão salarial, para acabar com a animosidade. Os que são concursados, efetivos, deveriam ter aumento. Alguns, que já fizeram especialização, mas que ainda estão nos centros de saúde, poderiam executar sua atividade especializada nos hospitais. E o pessoal do Saúde em Casa passaria a atender nos postos de saúde, para conhecer a rede. Acho que por aí poderíamos encontrar uma solução.

Correio — O senhor considera viável a criação de um laboratório estatal para a produção de medicamentos básicos?

Frejat — Precisamos ver o custo disso. Os grandes laboratórios privados são cartéis, tomam conta de tudo e estabelecem os preços que querem. Agora, montar uma fábrica também não é fácil. Vários laboratórios estatais acabaram falindo. Para medicamentos básicos, pode ser importante, e para vacinas também.

Correio — O senhor concorda com o projeto que cria a contribuição previdenciária para os inativos e cria uma alíquota extra de 9% sobre a parte dos vencimentos dos servidores da ativa que ultrapassarem R\$ 1.200?

Frejat — Esse tipo de procedimento, de bater no servidor público, de bater no aposentado, não me parece uma política nem justa nem correta. Você não pode simplesmente colocar o servidor público como bode expiatório. Até porque é mudar a regra do jogo. Se você disser assim: "Agora, quem for entrar no serviço público vai ter que seguir essas regras aqui", tudo bem. O indivíduo faz a opção dele. Agora, depois de vinte e tantos anos de trabalho, você acreditou, não entrou para a iniciativa privada, aparece alguém e diz: "Olha, tudo era brincadeira, você vai ter que descontinuar tanto". Aí é demais.

Correio — Mas a reforma da Previdência é importante, não?

Frejat — O governo precisa fazer caixa rapidamente cortando suas despesas, quando na verdade o problema não é de gastos, mas de receita. Ganhar R\$ 100 e dever 10% deste total é uma coisa. Mas se você ganha R\$ 1 mil e deve os mesmos R\$ 10, este percentual cai a níveis de 1%. Nós temos, portanto, que aumentar a receita para que a dívida seja muito menos importante proporcionalmente do que é hoje.

Correio — E como se faz isso?

Frejat — Fui secretário-geral do Ministério da Previdência e conheço o problema. O governo diz: "Hoje existem dois ativos para sustentar um inativo". Só que nós estamos aí com 53% de pessoas trabalhando na informalidade ou desempregadas. A Previdência se estriba em três pilares: o número de empresas, o salário e o emprego. Quanto mais empregados, quanto maior o salário e quanto maiores as empresas, maior será a receita. Se você tem desemprego, é natural que a receita caia. Agora, se você gerar empregos, teremos a proporção de quatro ativos contribuindo para um, de cinco para um.